

Diário Oficial

2025 | Edição nº 34/2025



**PIRAPORA
DO BOM JESUS**
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Terça-Feira, 25/03/2025



PREFEITURA DE PIRAPORA DO BOM JESUS

Estado de São Paulo

LEI Nº 1.348 DE 24 DE MARÇO DE 2.025.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE 2025

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO, Prefeito Municipal de PIRAPORA DO BOM JESUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à abertura de um Crédito Adicional Especial ao Orçamento do Poder Executivo, no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) nos termos da Lei nº 1.338/2024:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ESPECIFICAÇÃO	DR	VALOR
01.94.01	PODER EXECUTIVO		
04.08.000.0001	SECRETARIA MUNICIPAL DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO		
04.08.000.0001	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO		
3.3.90.30.00	UTENSIL DE GOVERNO	01.110.000	1.000,00
3.3.90.30.00	PRESTAÇÃO DE SERV. PESSOA FISICA	01.110.000	10.000,00
3.3.90.30.00	PRESTAÇÃO DE SERV. PESSOA JURIDICA	01.110.000	8.000,00
TOTAL			27.000,00

Art. 2º - O remanejamento e transposição de que trata o artigo 1º será coberto por recursos a que alude o art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os resultados de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, ou créditos adicionais, autorizados em lei, adiante especificados:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ESPECIFICAÇÃO	DR	VALOR
01.91.01	PODER EXECUTIVO		
04.08.000.0001	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO		
04.08.000.0001	ASSESSORIA DO GOVERNO	01.110.000	27.000,00
3.3.90.30.00	PREST. DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA		

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirapora do Bom Jesus, 24 de março de 2.025.

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO
Prefeito Municipal



PREFEITURA DE PIRAPORA DO BOM JESUS

Estado de São Paulo

Publicada no DOM de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal nº 1.270 de 30 de junho de 2023.

GISELE NOGUEIRA SASSO
Procuradora-Geral do Município



PREFEITURA DE PIRAPORA DO BOM JESUS

Estado de São Paulo

LEI Nº 1.349 DE 24 DE MARÇO DE 2.025.

Dispõe sobre o procedimento para a instalação de infraestrutura de suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, nos termos da legislação federal vigente.

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO, Prefeito do Município de Pirapora do Bom Jesus, usando das atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Capítulo I Das Disposições Gerais

Art. 1º O procedimento para a instalação no município de Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte, cadastrados, autorizados e/ou homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, fica disciplinado por esta Lei.

Parágrafo Único – Não estão sujeitos às prescrições previstas nesta Lei as infraestruturas para suporte de radars militares e civis, com propósito de defesa ou controle da tráfego aéreo, cujo funcionamento deverá obedecer a regulamentação própria.

Art. 2º Para os fins de aplicação desta lei, nos termos da legislação federal vigente, observam-se as seguintes definições:

I – Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR: conjunto de equipamentos ou aparelhos, dispositivos e demais meios necessários à

Praça dos Poderes Municipais – nº 57 – Centro – Pirapora do Bom Jesus
Estado de São Paulo – CEP: 06550-000 – Telefone: 11 4131 9191



PREFEITURA DE PIRAPORA DO BOM JESUS

Estado de São Paulo

realização de comunicação, incluindo seus acessórios e periféricos, que permitem radiofrequência, possibilitando a prestação dos serviços de telecomunicação;

II – Estação Transmissora de Radiocomunicação Móvel – ETR Móvel: conjunto de instalações que comporta equipamentos de radiofrequência, destinados à transmissão do sinal de telecomunicações, de caráter transitório;

III – Estação Transmissora de Radiocomunicação de Pequeno Porte – ETR de Pequeno Porte: conjunto de equipamentos de radiofrequência destinado a prover ou aumentar a cobertura ou capacidade de tráfego de transmissão de sinais de telecomunicações para a cobertura de determinada área, apresentando dimensões físicas reduzidas e que seja apto a atender aos critérios de baixo impacto visual, assim considerados aqueles que observem os requisitos definidos no art. 15 do Decreto Federal nº 10.480, de 1 de setembro de 2020.

IV – Infraestrutura de Suporte: meios físicos fixos utilizados para dar suporte a instalação de redes de telecomunicações, entre os quais postes, torres, mastros, armários, estruturas de superfície e estruturas suspensas;

V – Detentora: pessoa física ou jurídica que detém, administra ou controla, direta ou indiretamente, uma infraestrutura de suporte;

VI – Prestadora: pessoa jurídica que detém concessão, permissão ou autorização para exploração de serviços de telecomunicações;

VII – Torre: infraestrutura vertical transversal triangular ou quadrada, treliçada, que pode ser do tipo auto-suportada ou estada;

Praça dos Poderes Municipais – nº 57 – Centro – Pirapora do Bom Jesus
Estado de São Paulo – CEP: 06550-000 – Telefone: 11 4131 9191



PREFEITURA DE PIRAPORA DO BOM JESUS

Estado de São Paulo

VIII – Poste: infraestrutura vertical cônica e auto suportada, de concreto ou revestida por chapas de aço, instalada para suportar equipamentos de telecomunicações;

IX – Poste de Energia ou Iluminação: infraestrutura de madeira, cimento, ferro ou aço destinada a sustentar linhas de transmissão de energia elétrica e iluminação pública, que pode suportar também os equipamentos de telecomunicações;

X – Antena: dispositivo para irradiar ou capturar ondas eletromagnéticas no espaço;

XI – Instalação Externa: instalação em locais não confinados, tais como torres, postes, topo de edificações, fachadas, calhas d'água etc.;

XII – Instalação Interna: instalação em locais internos, tais como no interior de edificações, túneis, shopping centers, aeroportos, estádios etc.

Art. 3º A aplicação dos dispositivos desta Lei rege-se pelos seguintes princípios:

I - o sistema nacional de telecomunicações compõe-se de bens e serviços de utilidade pública e de relevante interesse social;

II - a regulamentação e a fiscalização de aspectos técnicos das redes e dos serviços de telecomunicações é competência exclusiva da União, sendo vedado aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal impor condicionamentos que possam afetar a seleção de tecnologia, a topologia das redes e a qualidade dos serviços prestados;

Praça dos Poderes Municipais – nº 57 – Centro – Pirapora do Bom Jesus
Estado de São Paulo – CEP: 06550-000 – Telefone: 11 4131 9191



PREFEITURA DE PIRAPORA DO BOM JESUS

Estado de São Paulo

III - a atuação do Município não deve comprometer as condições e os prazos impostos ou contratados pela União em relação a qualquer serviço de telecomunicações de interesse coletivo;

Art. 4º As Infraestruturas de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte, ficam enquadradas na categoria do equipamento urbano e são considerados bens de utilidade pública e relevante interesse social, conforme disposto na Lei Federal nº 13.116/2015 – Lei Geral de Antenas, podendo ser implantadas em todas as zonas ou categorias de uso, desde que atendam exclusivamente ao disposto nesta Lei, além de observar os requisitos de altura estabelecidos nas Portarias do DECEA nº 145, nº146 e 147/DGCEA de 3 de agosto de 2020, do Comando Aeronáutico, ou outra que vier a substituí-la.

§ 1º Em bens privados, é permitida a instalação de infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte, mediante a devida autorização do proprietário do imóvel ou, quando não for possível, o possuidor do imóvel.

§ 2º Nos bens públicos de todos os tipos, é permitida a instalação de Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte, mediante Permissão de Uso ou Concessão de Direito Real de Uso, que será outorgada pelo órgão competente, da qual deverão constar as cláusulas convencionais e o atendimento aos parâmetros de ocupação dos bens públicos.

§ 3º Nos bens públicos de uso comum do povo, a Permissão de Uso ou Concessão de Direito Real de Uso para implantação da Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, ETR móvel e ETR de

Praça dos Poderes Municipais – nº 57 – Centro – Pirapora do Bom Jesus
Estado de São Paulo – CEP: 06550-000 – Telefone: 11 4131 9191

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.

Diário Oficial

2025 | Edição nº 34/2025



**PIRAPORA
DO BOM JESUS**
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Terça-Feira, 25/03/2025



**PREFEITURA DE
PIRAPORA DO BOM JESUS**
Estado de São Paulo

pequeno porte, será outorgada pelo órgão competente a título não oneroso, nos termos da legislação federal.

§ 4º Os equipamentos que compõem a Infraestrutura de Suporte e Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, a ETR móvel e a ETR de pequeno porte, não são considerados áreas construídas ou edificadas para fins de aplicação do disposto na legislação de uso e ocupação do solo, não se vinculando ao imóvel onde ocorrerá a instalação.

CAPÍTULO II DOS PROCEDIMENTOS PARA INSTALAÇÃO

Art. 5º A instalação da Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR está sujeita ao prévio cadastramento realizado junto ao Município, por meio de requerimento padronizado, instruído com os seguintes documentos:

- I - Requerimento padrão;
- II - Projeto executivo de implantação da Infraestrutura de Suporte e respectiva ART;
- III - Contrato social da Detentora e comprovante de inscrição no CNPJ – Cadastro nacional de Pessoas Jurídicas;
- IV - Documento legal que comprove a autorização do proprietário ou possuidor do imóvel.

Praça dos Poderes Municipais – nº 57 – Centro – Pirapora do Bom Jesus
Estado de São Paulo - CEP: 06550-000 - Telefone: 11 4131 9191



**PREFEITURA DE
PIRAPORA DO BOM JESUS**
Estado de São Paulo

V - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) pela Execução da Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR;

VI - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) pelo Projeto/Execução da instalação da Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR;

VII - Comprovante do pagamento da taxa única de cadastramento eletrônico prévio, no importe de 5 (cinco) VRM (Valor de Referência Municipal);

VIII - Declaração de Cadastro do PRE-COMAR ou Declaração de Inexigibilidade de Aprovação do Comando da Aeronáutica (COMAER), nos casos em que a instalação ultrapassar a edificação existente ou, ainda, caso tais Declarações não estejam disponíveis ao tempo do Cadastro previsto no caput, laudo de empresa especializada que ateste que a estrutura observa o gabarito de altura estabelecido pelo COMAER.

§ 1º O cadastramento, de natureza auto-declaratória, a que se refere o caput, consistirá em autenticação do Município para a instalação da Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, no ato do protocolo dos documentos necessários, tendo por base as informações prestadas pela Detentora.

§ 2º A taxa para o cadastramento será pago no ato do protocolo do respectivo requerimento, no valor de 1 (um) VRM (Valor de Referência Municipal).

§ 3º O cadastramento deverá ser renovado a cada 10 (dez) anos ou quando ocorrer a modificação da Infraestrutura de Suporte instalada.

Praça dos Poderes Municipais – nº 57 – Centro – Pirapora do Bom Jesus
Estado de São Paulo - CEP: 06550-000 - Telefone: 11 4131 9191



**PREFEITURA DE
PIRAPORA DO BOM JESUS**
Estado de São Paulo

§ 4º A alteração das características técnicas decorrente de processo de remanejo, substituição ou modernização tecnológica não caracteriza a ocorrência da modificação para fins de aplicação do § 3º, observado o seguinte:

- I - remanejo é o ato de alterar a disposição, ou a localização dos elementos que compõem uma estação transmissora de radiocomunicação;
- II - substituição é a troca de um ou mais elementos que compõem a Infraestrutura de Suporte de Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR, ETR Móvel e ETR de Pequeno Porte por outro similar;
- III - modernização é a possibilidade de inclusão ou troca de um ou mais elementos que compõem uma Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR, com a finalidade de melhoria da prestação de serviços e/ou eficiência operacional.

Art. 6º Prescinde o cadastro prévio previsto no artigo 5º, bastando à Detentora comunicar a instalação ao órgão municipal competente, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da instalação:

I - o compartilhamento de Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR ou para ETR de pequeno porte já cadastrada perante o Município;

II - a instalação de ETR Móvel;

III - a instalação externa de ETR de Pequeno Porte.

Praça dos Poderes Municipais – nº 57 – Centro – Pirapora do Bom Jesus
Estado de São Paulo - CEP: 06550-000 - Telefone: 11 4131 9191



**PREFEITURA DE
PIRAPORA DO BOM JESUS**
Estado de São Paulo

Parágrafo único. A instalação interna de ETR de Pequeno Porte não estará sujeita à comunicação aludida no caput, sujeitando-se apenas à autorização do proprietário ou do possuidor da edificação.

Art. 7º Quando se tratar de instalação da Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte que envolva supressão de vegetação, intervenção em Área de Preservação Permanente ou Unidade de Conservação, ou implantação em imóvel tombado, será expedida pelo Município Licença de Instalação, mediante expediente administrativo único e simplificado, consultando-se os órgãos responsáveis para que analisem o pedido no prazo máximo de 60 dias.

§ 1º O expediente administrativo referido no caput será iniciado por meio de requerimento padronizado, instruído com os seguintes documentos:

- I - Requerimento padrão;
- II - Projeto executivo de implantação da Infraestrutura de Suporte e respectiva ART;
- III - Contrato social da Detentora e comprovante de inscrição no CNPJ – Cadastro nacional de Pessoas Jurídicas;
- IV - Documento legal que comprove a autorização do proprietário do imóvel ou possuidor do imóvel.

V - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) pelo Projeto/Execução da instalação da Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR;

Praça dos Poderes Municipais – nº 57 – Centro – Pirapora do Bom Jesus
Estado de São Paulo - CEP: 06550-000 - Telefone: 11 4131 9191



**PREFEITURA DE
PIRAPORA DO BOM JESUS**
Estado de São Paulo

VI - Atestado técnico ou termo de responsabilidade técnica, emitido por profissional habilitado, atestando que os elementos que compõem a Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR atendem a legislação em vigor;

VII - Comprovante do pagamento da taxa única de cadastramento eletrônico prévio, no importe de 5 (cinco) VRM (Valor de Referência Municipal);

VIII - Declaração de Inexigibilidade de Aprovação do Comando da Aeronáutica (COMAER) ou laudo técnico atestando a conformidade das características do empreendimento aos requisitos estabelecidos pelo COMAER do local de instalação, sem prejuízo da validação posterior.

§ 2º Para o processo de licenciamento ambiental, o expediente administrativo referido no caput se dará de forma integrada ao processo de expedição do licenciamento urbanístico.

§ 3º Em não havendo a manifestação dos órgãos responsáveis no prazo referido no caput, o Município expedirá imediatamente a Licença de Instalação de Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, baseado nas informações prestadas pela Detentora, com as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica, e no atestado técnico ou termo de responsabilidade técnica atestando que os elementos que compõem a Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR atendem a legislação em vigor.

CAPÍTULO III DAS RESTRIÇÕES DE INSTALAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Praça dos Poderes Municipais – nº 57 – Centro – Pirapora do Bom Jesus
Estado de São Paulo - CEP: 06550-000 - Telefone: 11 4131 9191



**PREFEITURA DE
PIRAPORA DO BOM JESUS**
Estado de São Paulo

Art. 8º Visando à proteção da paisagem urbana a instalação da Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte, em bens privados ou bens públicos de uso especial ou dominiais, deverá atender a distância de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) do alinhamento frontal, das divisas laterais e de fundos, em relação às divisas do imóvel ocupado, contados a partir do eixo para a instalação de postes ou da face externa da base para a instalação de torres.

§ 1º Poderá ser autorizada a instalação de Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte desobrigadas das limitações previstas neste artigo, nos casos de impossibilidade técnica para prestação dos serviços, compatíveis com a qualidade exigida pela União, devidamente justificadas junto ao órgão municipal competente, mediante laudo que justifique detalhadamente a necessidade de instalação e os prejuízos pela falta de cobertura no local.

§ 2º As restrições estabelecidas no Caput deste artigo, não se aplicam à Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR e à ETR de pequeno porte, edificados ou a edificar, implantados no topo de edificações.

Art. 9º A instalação de abrigos de equipamentos da Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR e admissão, desde que respeitada a distância de 1,5m (um metro e meio) das divisas do lote.

Art. 10 A instalação da Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR e ETR de pequeno porte, com containers e mastros, no topo e fachadas de edificações, obedecendo às limitações das divisas do terreno que contém o imóvel, não podendo ter projeção vertical que ultrapasse o limite da edificação existente para o lote vizinho, quando a edificação ocupar todo o lote próprio.

Praça dos Poderes Municipais – nº 57 – Centro – Pirapora do Bom Jesus
Estado de São Paulo - CEP: 06550-000 - Telefone: 11 4131 9191

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.

Diário Oficial

2025 | Edição nº 34/2025



**PIRAPORA
DO BOM JESUS**
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Terça-Feira, 25/03/2025



PREFEITURA DE PIRAPORA DO BOM JESUS

Estado de São Paulo

Art. 11 Os equipamentos que compõem a Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR deverão receber, se necessário, tratamento acústico para que o ruído não ultrapasse os limites máximos estabelecidos em legislação pertinente.

Art. 12 O compartilhamento das infraestruturas de Suporte pelas prestadoras de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação observará as disposições das regulamentações federais pertinentes.

CAPÍTULO IV DA FISCALIZAÇÃO E DAS PENALIDADES

Art. 13 Nenhuma Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte poderá ser instalada sem a prévia licença ou de cadastro tratado nesta lei, ressalvada a exceção contida no art. 6º.

Art. 14 Compete à Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente a ação fiscalizatória referente ao atendimento das normas previstas nesta lei, a qual deverá ser desenvolvida de ofício ou mediante notícia de irregularidade, observado o procedimento estabelecido neste capítulo.

Art. 15 Constatado o descumprimento das obrigações e exigências legais, a detentora ficará sujeita às seguintes medidas:

I - no caso de ETR previamente licenciada e de ETR móvel ou ETR de pequeno porte previamente cadastrados:



PREFEITURA DE PIRAPORA DO BOM JESUS

Estado de São Paulo

a) intimação para remoção ou regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do seu recebimento;

b) não atendida a intimação de que trata a alínea "a" deste inciso, nova intimação para a retirada da instalação no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do seu recebimento, com a concomitante aplicação de multa no valor estipulado no inciso III do "caput" deste artigo;

II - no caso de ETR, ETR móvel ou ETR de pequeno porte instalada sem a prévia licença ou de cadastro tratado nesta lei:

a) intimação para remoção ou regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do seu recebimento, com a concomitante aplicação de multa no valor estipulado no inciso III do "caput" deste artigo;

b) não atendida a intimação de que trata a alínea "a" deste inciso, nova intimação para a retirada da instalação ou do equipamento no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do seu recebimento, com a concomitante aplicação de multa no valor estipulado no inciso III do "caput" deste artigo;

III - observado o previsto nos incisos I e II do caput deste artigo, a detentora ficará sujeita à aplicação de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

§ 1º Os valores mencionados no inciso III do caput deste artigo serão atualizados anualmente pelo IPCA, do IBGE, ou por outro índice que vier a substituí-lo.

§ 2º A multa será renovável anualmente, enquanto perdurarem as irregularidades.



PREFEITURA DE PIRAPORA DO BOM JESUS

Estado de São Paulo

Art. 16 Na hipótese de não regularização ou de não remoção de ETR ou da infraestrutura de suporte por parte da detentora, a Prefeitura poderá adotar as medidas para remoção, cobrando da infratora os custos correlatos, sem prejuízo da aplicação das multas e demais sanções cabíveis.

Art. 17 As notificações e intimações deverão ser encaminhadas à detentora por mensagem em endereço eletrônico indicado no requerimento de licença ou no cadastro, quando houver.

Art. 18 O Executivo poderá utilizar a base de dados, disponibilizada pela Anatel, do sistema de informação de localização de ETRs, ETRs móveis e ETRs de pequeno porte destinados à operação de serviços de telecomunicações.

§ 1º Caberá à prestadora orientar e informar ao Executivo como se dará o acesso à base de dados e a extração de informações de que trata o caput.

§ 2º Fica facultado ao Executivo a exigência de informações complementares acerca das ETRs instaladas, a ser regulamentado em decreto.

Art. 19 Os profissionais habilitados e técnicos responsáveis, nos limites de sua atuação, respondem pela correta instalação e manutenção da infraestrutura de suporte, segundo as disposições desta lei, de seu decreto regulamentar e das Normas Técnicas - NTs vigentes, bem como por qualquer sinistro ou acidente decorrente de falhas de projeto, execução, instalação e manutenção.

Parágrafo único. Caso comprovada a inveracidade dos documentos e informações apresentados pelos profissionais habilitados e técnicos responsáveis, bem como a deficiência do projeto, execução, instalação e manutenção em razão da atuação ou omissão desses profissionais, a Prefeitura bloqueará o seu

Praça dos Poderes Municipais - nº 57 - Centro - Pirapora do Bom Jesus
Estado de São Paulo - CEP: 06550-000 - Telefone: 11 4131 9191

Praça dos Poderes Municipais - nº 57 - Centro - Pirapora do Bom Jesus
Estado de São Paulo - CEP: 06550-000 - Telefone: 11 4131 9191

Praça dos Poderes Municipais - nº 57 - Centro - Pirapora do Bom Jesus
Estado de São Paulo - CEP: 06550-000 - Telefone: 11 4131 9191



PREFEITURA DE PIRAPORA DO BOM JESUS

Estado de São Paulo

cadastro por até 5 (cinco) anos em novos processos de licenciamento, comunicando o respectivo órgão de classe.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20 As Infraestruturas de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte, que estiverem instaladas na data de publicação desta lei e não possuírem autorização municipal competente, ficam sujeitas ao atendimento das previsões contidas nesta Lei, devendo a sua Detentora promover o Cadastro, a Comunicação ou a Licença de Instalação referidos, respectivamente, nos artigos 5º, 6º e 7º.

§ 1º Para atendimento ao disposto no caput, fica concedido o prazo de 2 (dois) anos, contados da publicação desta lei, para que a Detentora adequar as Infraestruturas de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte, aos parâmetros estabelecidos nesta Lei, realizando cadastramento, a comunicação ou o licenciamento de instalação referidos nos artigos 5º, 6º e 7º.

§ 2º Verificada a impossibilidade de adequação, a detentora deverá apresentar laudo que justifique detalhadamente a necessidade de permanência da ETR, bem como apontar os prejuízos pela falta de cobertura no local à Prefeitura, que poderá decidir por sua manutenção.

§ 3º Durante o prazo disposto no §1º deste artigo, não poderá ser aplicada sanção administrativa às infraestruturas de suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte, mencionadas no caput, motivadas pela falta de cumprimento da presente Lei.

Praça dos Poderes Municipais - nº 57 - Centro - Pirapora do Bom Jesus
Estado de São Paulo - CEP: 06550-000 - Telefone: 11 4131 9191



PREFEITURA DE PIRAPORA DO BOM JESUS

Estado de São Paulo

§ 4º No caso de remoção de Infraestruturas de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte, o prazo mínimo será de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir do cadastramento, da comunicação ou do licenciamento de instalação referidos nos artigos 5º, 6º e 7º, para a infraestrutura de suporte que substituir a infraestrutura do Suporte a ser remanada.

Art. 21 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Pirapora do Bom Jesus, 24 de março de 2025.

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO
Prefeito Municipal

Publicada no D.O.M. Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirapora do Bom Jesus, nos termos da Lei Municipal nº 1.270/2023.

GISELE NOGUEIRA SASSO
Procuradora-Geral do Município

Praça dos Poderes Municipais - nº 57 - Centro - Pirapora do Bom Jesus
Estado de São Paulo - CEP: 06550-000 - Telefone: 11 4131 9191



PREFEITURA DE PIRAPORA DO BOM JESUS

Estado de São Paulo

LEI COMPLEMENTAR Nº 239 DE 24 DE MARÇO DE 2025.

"Altera e acrescenta dispositivos da Lei Complementar nº 210 de 27 de dezembro de 2021 e dá outras providências."

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO, Prefeito do Município de Pirapora do Bom Jesus, usando das atribuições legais,

FIZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 2º "caput" da Lei Complementar nº 210 de 27 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 2º** Fica o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS - *Pirapora Prev*, entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público interno e com autonomia financeira e administrativa, reestruturado conforme dispõe a presente lei, que tem por finalidade assegurar aos seus beneficiários mediante contribuição, os meios de subsistência nos eventos de incapacidade, velhice, invalidez e falecimento."

Art. 2º O art. 8º "caput" e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 210 de 27 de dezembro de 2021, passam a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 8º** O cadastramento dos servidores vinculados, ao *Pirapora Prev* é obrigatório e deverá ser realizado de modo quinquenal mediante convocação pelo Departamento de Recursos Humanos do ente em que o Servidor seja vinculado."

§ 1º A prova de vida obrigatória dos servidores inativos e pensionistas vinculados ao *Pirapora Prev* será realizada anualmente.

§ 2º O aposentado ou pensionista que deixar de comparecer junto ao *Pirapora Prev* para efetivação de seu recadastramento anual, poderá ter seus vencimentos suspensos, até a regularização do cadastro."

Art. 3º O art. 50 "caput" e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 210 de 27 de dezembro de 2021, passam a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 50.** A estrutura técnica-administrativa do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS - *Pirapora Prev*, compõe-se das seguintes orgãos:



Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Terça-Feira, 25/03/2025



**PREFEITURA DE
PIRAPORA DO BOM JESUS**
Estado de São Paulo

I- Diretoria Executiva;
II- Conselho de Administração;
III- Conselho Fiscal;
IV- Comitê de Investimentos.

§ 1º Não poderão integrar a o *Diretoria Executiva*, o *Conselho de Administração* ou *Conselho Fiscal* do *Instituto de Previdência* do Município de Pirapora do Bom Jesus - *Pirapora Prev*, ao mesmo tempo, representantes que guardem entre si, relação conjugal ou de parentesco, consequência ou afim, até o segundo grau.

§ 2º Sem prejuízo da permanência no exercício do cargo, até a data de investidura de seus sucessores, que deverá ocorrer até trinta dias contados da data da designação, seus membros terão seus mandatos estintos com o término do mandato do *Chefe do Poder Executivo* que os designou.

Art. 4º O art. 51 "caput" da Lei Complementar nº 210 de 27 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 51. O Conselho Administrativo é o órgão de deliberação do *Pirapora Prev*, ao qual, incumbe fixar a política e diretrizes de investimentos a serem observadas."

Art. 5º O caput do art. 70 e seu inciso III da Lei Complementar nº 210 de 27 de dezembro de 2021, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 70. O quadro de servidores do *Pirapora Prev* passa a ter a seguinte constituição:

§1º...

(...)

III - 01 (um) *Assessor Executivo*

(...)"

Art. 6º O art. 71 "caput" e §§ 2º, 3º e 4º da Lei Complementar nº 210 de 27 de dezembro de 2021, passam a vigorar com a seguinte redação:

1998



**PREFEITURA DE
PIRAPORA DO BOM JESUS**
Estado de São Paulo

"Art. 71. Os vencimentos dos cargos do *Pirapora Prev* passam a ser fixados da seguinte forma:

(...)

§ 2º O vencimento mensal do *Diretor Administrativo* e *Financeiro* será equivalente ao cargo de *Secretário Adjunto da Prefeitura Municipal* e será reajustado automaticamente na mesma data e valor que a lei vier a alterar-;

§ 3º O vencimento mensal do *Assessor Executivo* será equivalente ao cargo de *Assessor da Prefeitura Municipal* e será reajustado automaticamente na mesma data e valor que a lei vier a alterar-;

Art. 7º O art. 74 "caput" e incisos I, II, III, IV, V, VI, VII da Lei Complementar nº 210 de 27 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 74. Ao *Assessor Executivo*, compete:

I- Cumprir as deliberações da *Diretoria Executiva* do *Instituto de Previdência*;

II- Organizar as reuniões dos *Conselhos de Administração* e *Fiscal*, em conformidade com o estabelecido nesta lei;

III- Elaboração de Atas das Reuniões dos *Conselhos Administrativo* e *Fiscal*;

IV- Controle e gestão dos bens patrimoniais do *Instituto de Previdência*;

V- Promover a publicidade dos atos oficiais praticados pela *Diretoria Executiva* deste *Instituto de Previdência*;

VI- Dirigir e coordenar o atendimento ao público em geral;

VII- Ancorar à solução de eventuais incidentes relativos ao atendimento ao público;

(...)"

Art. 8º Revoga o artigo 75 da Lei Complementar nº 210 de 27 de dezembro de 2021.

1998



**PREFEITURA DE
PIRAPORA DO BOM JESUS**
Estado de São Paulo

(...)"

Art. 75. (revogado)

(...)"

Art. 9º O art. 80 "caput" e §1º incisos I e II da Lei Complementar nº 210 de 27 de dezembro de 2021, com os correspondentes acréscimos, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 80. Fica instituído os requisitos de investidura dos cargos do *Pirapora Prev*:

§ 1º - A nomeação dos membros da *Diretoria Executiva* compete ao *Chefe do Executivo Municipal* e deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

I - O *Diretor Presidente* deverá atender os seguintes requisitos:

a-) não ter sofrido condenação criminal ou incluído em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar;

b-) possuir certificação, por meio de processo realizado por entidade certificadora, para comprovação de atendimento e verificação da conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício de determinado cargo ou função;

c-) possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

d-) ter formação acadêmica em nível superior.

II - O *Diretor Administrativo* e *Financeiro* deverá atender os seguintes requisitos:

a-) não ter sofrido condenação criminal ou incluído em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990,

1998



**PREFEITURA DE
PIRAPORA DO BOM JESUS**
Estado de São Paulo

observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar;

b-) possuir certificação, por meio de processo realizado por entidade certificadora para comprovação de atendimento e verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício de determinado cargo ou função;

c-) possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

d-) ter formação acadêmica em nível superior para nomeações realizadas a partir de 27 de abril de 2020, conforme parâmetros estabelecidos na Portaria MTP nº 1.467 de 2 de junho de 2022."

Art. 10 O §2º do artigo 80 da Lei Complementar nº 210 de 27 de dezembro de 2021, com alteração e os acréscimos correspondentes, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 80.

(...)"

§ 2º A nomeação do *Assessor Executivo* compete ao *Diretor Presidente* e deverá atender os seguintes requisitos:

I- O *Assessor Executivo* deverá atender os seguintes requisitos:

a-) possuir ensino médio completo;

b-) comprovação de experiência no serviço público ou área administrativa, com prazo superior a 01 (um) ano;

c-) não ter sofrido condenação criminal ou incluído em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar;"

Art. 11 O artigo 80 da Lei Complementar nº 210 de 27 de dezembro de 2021, passa a vigorar com acréscimo dos §§3º e 4º que contém a seguinte redação:

1998



**PREFEITURA DE
PIRAPORA DO BOM JESUS**
Estado de São Paulo

"Art. 80.

(...)"

§ 3º Compete ao *Secretário de Planejamento e Governo da Prefeitura Municipal* verificar o cumprimento dos requisitos necessários para o exercício dos cargos de *Diretor-Presidente* e de *Diretor Administrativo* e *Financeiro*.

§ 4º Compete ao *Diretor-Presidente* verificar o cumprimento dos requisitos exigidos para o exercício dos demais cargos e para a atuação dos membros do *Conselho Fiscal*, do *Conselho Administrativo* e do *Comitê de Investimentos*.

Art. 12 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pirapora do Bom Jesus, 24 de março de 2025.

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO
Prefeito Municipal

Publicada no D.O.M. Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirapora do Bom Jesus, nos termos da Lei Municipal nº 1.270/2023.

GISELE NOGUEIRA SASSO
Procuradora-Geral do Município



**PREFEITURA DE
PIRAPORA DO BOM JESUS**
Estado de São Paulo

LEI COMPLEMENTAR Nº 240 DE 24 DE MARÇO DE 2025.

"Altera o artigo 1º da Lei Complementar nº 238 de 20 de janeiro de 2025 e dá outras providências"

REGÉRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO, Prefeito do Município de Pirapora do Bom Jesus Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais.

Faz saber que a Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo, aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei Complementar:

Art. 1º O Artigo 1º da Lei Complementar nº 238 de 20 de janeiro de 2025 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º. Ficam criados 50 (cinquenta) cargos de *Cuidador Escolar*, com carga horária de 40 horas semanais, *requisito mínimo de escolaridade: ensino fundamental completo* e vencimentos fixados em R\$ 1.518,00 (um mil, quinhentos e dezoito reais), para atender os alunos diagnosticados com dificuldades especiais de aprendizagem nas escolas da Rede Municipal de Educação de Pirapora do Bom Jesus.

Parágrafo Único. Os cargos criados de *Cuidador Escolar* compõem o quadro de servidores efetivos das Classes de Apoio

8

Diário Oficial

2025 | Edição nº 34/2025



**PIRAPORA
DO BOM JESUS**
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Terça-Feira, 25/03/2025



**PREFEITURA DE
PIRAPORA DO BOM JESUS**
Estado de São Paulo

constantes do anexo IV da Lei Complementar nº 004, de 5 de março de 2.001"

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Pirapora do Bom Jesus, 24 de março de 2.025..

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO
Prefeito Municipal

Publicada no D.O.M. Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirapora do Bom Jesus, nos termos da Lei Municipal nº 1.270/2023.

GISELE NOGUEIRA SASSO
Procuradora-Geral do Município



**PREFEITURA DE
PIRAPORA DO BOM JESUS**
Estado de São Paulo

ANEXO IV ESCALA DE SALÁRIOS - CLASSES APOIO (LEI COMPLEMENTAR Nº 004 DE 05 DE MARÇO DE 2001)

Quantidade de Cargos	Classe/Nível	Carga Horária	Vencimento/Mês
(-)			
30	Colaborador Especial	40 horas semanais	R\$ 3.518,00



**PREFEITURA DE
PIRAPORA DO BOM JESUS**
Estado de São Paulo

LEI COMPLEMENTAR Nº 241 DE 24 DE MARÇO DE 2.025.

"Altera competência da Secretaria de Administração e Finanças e da Secretaria de Planejamento e Governo e dá outras providências"

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO, Prefeito do Município de Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo, no uso das atribuições constitucionais e legais que lhe foram conferidas,

FAZ SABER que faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou e promulgou a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. A Lei Complementar nº 112, de 23 de março de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações e alterações:

"(-)"

Art. 7º ...

(-)

XIX - promover as licitações destinadas a contratações de obras, serviços, compras e alienações;

XX - supervisionar e controlar a gestão e a fiscalização dos contratos administrativos;

(-)

Parágrafo único ...

(-)

7 - Departamento de Licitações e Contratos Administrativos;

8 - Departamento de Compras.

(-)

Art. 8º ...



**PREFEITURA DE
PIRAPORA DO BOM JESUS**
Estado de São Paulo

(-)

III - revogado

IV - revogado

(-)

Parágrafo único, ...

(-)

5 - revogado

6 - revogado

(-)"

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover as adequações no Plano Plurianual, na Lei do Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, realizando os rearranjos e alterações que forem necessários à execução desta Lei Complementar.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pirapora do Bom Jesus, 24 de março de 2.025.

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO
Prefeito Municipal

Publicada no D.O.M. Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirapora do Bom Jesus, nos termos da Lei Municipal nº 1.270/2023.

GISELE NOGUEIRA SASSO
Procuradora-Geral do Município

Pirapora do Bom Jesus-SP, 25 de março de 2025

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO

Prefeito Municipal

**JOAO BOSCO
VIEIRA DA
SILVA
JUNIOR**

Assinado digitalmente por JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC OAB, OU=43419613000170, OU=Certificado Digital, OU=Assinatura Tipo A3, OU=ADVOGADO, CN=JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025-03-25 16:28:48
Foxit Reader Versão: 9.2.0

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.